



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

HÁBITOS SADIOS: MODELAÇÃO DE CORPOS E MENTES NAS ESCOLAS DA PARAÍBA (1937-1945)

Azemar dos Santos Soares Júnior
(UnB)

azemarssoares@hotmail.com

Vânia Cristina da Silva
(UFPB)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância das disciplinas de Educação Physica e Educação Cívica nas escolas da Paraíba como parte de um projeto que visava modelar mentes e corpos de seus alunos. Com a chegada do Estado Novo o processo de formação de cidadãos saudáveis e apaixonados pela Pátria foram intensificados pelo governo federal, repassando para os estados as especificidades dessa empreitada. São discursos produzidos por documentos oficiais que revelavam falas próprias de um projeto verticalizado que envolvia políticos, médicos, professores e engenheiros com o objetivo de disciplinar os alunos. Dessa forma, passou-se a investir na infância como forma de civilizar uma parcela da população paraibana. Para tanto, problematizamos as notícias publicadas nos jornais *A Imprensa* e *A União*, os artigos da *Revista do Ensino* e o *Currículo Escolar do Estado da Paraíba* em vigor na época. São falas que disciplinam e normatizam, metáforas que se personificam em códigos de civilizar.

Palavras-chave: Corpo. Educação Física. Educação Cívica.

“É admirável como o exercício do corpo anima a acção do espírito”

(Plínio, o moço)

Era início do mês de abril de 1919, quando o jornal *A Imprensa*¹ publicou um lamento pelo fato da Paraíba não possuir escolas públicas com áreas suficientes para a realização de exercícios físicos. Os prédios escolares, mais pareciam “verdadeiros pardieiros intitulados escolas públicas”. Por outro lado, a mesma notícia realçava merecer “registrar pelo menos como serviço de reportagem jornalística” as aulas do professor Honorato de Oliveira, responsável pelos exercícios regulares de ginástica sueca e outros esportes atléticos “que os alumnos praticavam com real utilidade para saúde – na objetivação do *mens sana in corpore sano*”, no *Colégio Diocesano Pio X* e na *Escola de Aprendizes Marinheiros*.

¹ O jornal católico *A Imprensa* foi fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adaucto Aurélio de Miranda Henriques. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Conferir em: *História de A Imprensa* (VELOSO, 2003).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nessas instituições, a disciplina de Educação Física, passou a ser presente no currículo escolar desde o ano de 1913. É válido lembrar, que de acordo com Marcos Neira e Mario Nunes (2009: 107), no início do século XX, essa disciplina indicava um componente que buscava se legitimar enquanto um saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico. Um formato de cultura física que nas primeiras décadas do século passado preocupou-se com a ortopedia enquanto arte da correção das deformações que assombravam os setores privilegiados da sociedade. O interesse da disciplina estava diretamente ligado às práticas higiênicas, aos hábitos e à saúde, valorizando o desenvolvimento físico e moral a partir dos exercícios.

Dessa forma, esse artigo busca constatar um repertório diversificado de construções argumentativas acerca da importância da disciplina de Educação Physica, vez em quando associada ao culto cívico nas escolas da Paraíba. Para isso, problematizamos a divulgação de um saber dito “científico e pedagógico” que criou discursos normativos, publicados diariamente nos jornais e revistas em circulação pelo estado. São textos marcados pela intencionalidade de disciplinar mentes e corpos, divulgar suas virtudes benéficas para a infância e educar uma população que, de acordo com os médicos sanitaristas, precisava ser higienizada.

Durante a leitura da documentação utilizada para construção deste texto, encontramos personagens, projetos e propostas que apareciam e desapareciam nas fontes. Alguns permaneciam no decorrer dos anos, outros eram destruídos pelo lançamento de uma nova proposta ou de alguém com um poder superior. Por vezes, tentamos inseri-los em um único espaço, mas logo voltamos atrás, pois corria o risco deles aparecerem em outro lugar completamente avesso, distante da proposta inicial. Portanto, comungamos com Meily Linhares (2009: 88) ao utilizar a ideia de “rigor flexível”² proposta por Carlo Ginzburg em seu *paradigma indiciário*³, na perspectiva de deixar claro ao nosso leitor que tanto as fontes quanto o texto que

² Para Carlo Ginzburg ou se assume um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p.178-179.

³ O *paradigma indiciário*, “operava através de sinais, sintomas, ou seja, indícios que serviriam para uma aproximação ou apropriação do real”. Uma proposta que determinou ser necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, onde o observador – neste caso, também chamado de historiador – é comparado a um detetive que descobre o autor do crime baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Ao tornar-se esse “detetive”, o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

vos escrevemos, estará sempre à disposição para novas análises, visto que ainda se trata de uma pesquisa embrionária.

Educação do corpo e da mente

“A educação física é elemento indissociável da educação, é uma das partes dela e a educação não se transmite por herança”. Assim, pronunciava Fernando de Azevedo (1938) acerca da disciplina de Educação Física em relação a seu vínculo direto com a educação, especialmente num momento em que se consolidava “oficialmente” enquanto componente do currículo escolar. Uma forma de disciplinar a população na intenção de formá-la saudável, forte para o trabalho. Para tal empreitada, usava-se o discurso em voga na época: uma sociedade moderna. Aquela que cuida de si, que vê nos exercícios físicos a manutenção da saúde e o desenvolvimento da beleza.

Foi seguindo a lógica de que “a educação não se transmite por herança”, mas sim por meio de uma contribuição direta da escola que o interventor do Estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, fez publicar na edição d’A *União* de 11 de fevereiro de 1938 o *Decreto 961*, com a finalidade de “arregimentar a mocidade estudantina criando uma mentalidade nova de acordo com o espírito do regime implantado no Brasil”, por meio da Educação Physica, em que:

Art. 1º - Fica instituída obrigatoriamente a educação physica em todas as escolas primárias e secundárias do estado.

Único - Esse serviço será orientado por um superintendente que terá os auxiliares e monitores que se fizerem necessário.

Art. 2º - A educação physica junto as escolas será auxiliada por elementos de corporações militares que se encarregarão de exercícios de marchas, paradas, acantonamentos, etc.

Art. 3º - É estabelecido o uniforme único de acordo com modelo adoptado pelo Departamento de Educação para todos os alumnos das escolas, com ligeiros distinctivos dos estabelecimentos a que pertence.

historiador assume a missão de perceber aquilo que está implícito, escondido nas entrelinhas, guardado nas minúcias, pistas que são reveladoras de uma ação, indícios da ação humana, signos quase invisíveis, uma decifração do passado. Um método que torna qualquer ação/registo ser fonte de análise do historiador: “pegadas, astros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinza de cigarro [...] escritos, pinturas ou discursos” (Cf. GINZBURG, Mitos..., p. 171; ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *História. A arte de inventar o passado*. São Paulo: Edusc, 2007, p.102-103)

2528





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nessa tessitura, a proposta da determinação acima era fazer dos exercícios físicos uma contribuição para a aquisição de corpos saudios. Porém, não é inteiramente verdade, o fato de só em 1838 ter-se efetivado o discurso apresentado no *Decreto 961*, sendo a única novidade a ocorrência de tornar obrigatória a “educação physica em todas as escolas primárias e secundárias do estado”. É válido lembrar que a partir da década de 1910 as escolas privadas católicas – *Colégio Pio X*, *Colégio de Nossa Senhora das Neves* -, e a *Escola Normal* já possuíam a disciplina de educação física, com roupas apropriadas para tais exercícios, além do mais, passou a ser comum o desfile de corporações, bem como, a realização de exercícios físicos por parte de bombeiros e policiais em frente às escolas, na intenção de mostrar aos alunos os modelos de corpos belos e saudáveis a ser seguido.

Mas, é importante destacar ainda, que as leis que regiam a educação na década de 1930, já faziam parte de outro conjunto pedagógico influenciado diretamente pela *Escola Nova* que “redefiniu princípios e objetivos, livrando-se dos limites postos pelo cientificismo e apresentando-se otimistas em relação ao poder da educação” (NEIRA; NUNES, 2009: 108). Adotou-se a ideia de que “a educação física é um meio de educação”, especialmente pela influência direta do escolanovismo, que se faz presente nos novos discursos sobre a educação física.

Esse modelo rompeu as fronteiras dos discursos médicos fundamentado numa teoria biológica e fisiológica que via na educação física desenvolvida nas escolas um meio de criar uma “geração capaz de suportar o trabalho extenuante exigido pelo processo crescente de industrialização, de trabalhar sem queixar-se, isto é, obedecer” (NEIRA; NUNES, 2009:108), daí a necessidade de divulgação da eugenia como imprescindível para escolher os indivíduos “perfeitos” e excluir os fracos. Uma educação que fixou nas escolas a “crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis, fracos, em desejados corpos saudios, belos, robustos e fortes” (VAGO, 2002:219).

Na Paraíba, esse modelo foi efetivado como uma preocupação da elite que almejava assegurar a saúde de seus filhos educando-os em escolas privadas. Portanto, reafirmamos que até 1930, apenas as escolas de orientação católica possuíam em seu currículo a disciplina de educação física associada ao ensino de higiene. É nesse sentido que passamos a destacar as diferenças e semelhanças desse processo, que tem no estado da Paraíba sua primeira fase entre 1913 e 1935





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

onde a inclusão da educação física, educação sanitária e de ensino de higiene são imposições diretas do discurso médico; já no segundo momento, no auge do Estado Novo, estabeleceu-se a realização de exercícios físicos de forma obrigatória nas escolas públicas do estado, não associado apenas ao discurso médico, mas também ao discurso cívico. Vejamos um a um.

A medicalização da escola estabelecida na década de 1910 trouxe ao currículo escolar duas novas disciplinas: Higiene e Educação Physica. Era a terceira tentativa de realizar um projeto de higienização na Paraíba⁴, e que envolvia alguns profissionais como médicos, professores, engenheiros, bombeiros, dentre outros. Nessa fase, ocorreu uma preocupação conjuntural que se interessou por cuidar da estrutura física da escola, ou seja, uma série de “prescrições dos discursos higienistas sobre a medicalização do espaço, principalmente em relação à construção do edifício escolar” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009:136). A indicação dos engenheiros era que os prédios fossem construídos em terrenos em declive para não acumular água da chuva. Havia toda uma preocupação com o fato de onde iam parar as águas sujas, especialmente porque elas eram portadoras de vírus e bactérias que causavam doenças. Indicavam a construção de salas de aula arejadas com uma boa iluminação, gabinetes de higiene, galpões espaçosos para a realização da atividade física, jardins abertos para respirar o ar puro, banheiros espaçosos com bom fluxo de água corrente, carteiras que possibilitassem a postura ereta do corpo dos alunos ao sentarem, etc.

Medicalizado o prédio escolar, chegava a hora de direcionar o mesmo processo ao aluno. O primeiro passo foi cuidar da higiene

⁴ Foram elaborados três projetos médico-sanitário com a finalidade de combater a sujeira e os maus hábitos. O primeiro remonta a meados do século XIX, de caráter policialesco. Foi criado uma *Inspectoria de Hygiene* que tinha a função de fiscalizar o lixo e as águas sujas que acabavam por findar nas ruas, higienizar as calçadas retirando os mendigos e retirantes que se aglomeravam, além de combater a proliferação de doenças. Falhou por não possuir profissionais qualificados para tal tarefa, além de não contar com incentivos financeiros por parte do governo provincial. O segundo modelo criado em 1895, foi chamado de educativo e ficou a cargo da *Repartição de Hygiene* efetivá-lo: divulgou através de jornais e revistas a importância da limpeza do corpo, das casas e das ruas, defendeu a circulação de ideias e informações sobre epidemias e investiu naquilo que para época era considerado moderno: o comércio com suas casas francesas, alfaiatarias, perfumes, pós, loções fenicadas, medicamentos, tônicos, cremes, etc. A Repartição acabou por falir em 1918 devido mais uma vez a falta de investimento do governo estadual, além da dificuldade de educar uma população adulta que não tinha acesso aos jornais – restritos a uma elite letrada -, tão pouco aos sinais da modernidade destinados a uma pequena parcela da população. O terceiro modelo voltou seus olhos, narizes e pensamentos para a escola e a criança: a infância passou a ser vista como fase propícia para receber os novos padrões medico-pedagógicos, adotar em suas vidas e ainda levar tais ensinamentos para os seus lares. Cf.: SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e sujo na Paraíba*. João Pessoa, 2011, 198 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] configurada como parte do programa escolar que apresentava em seus conteúdos, saberes que incidiam diretamente sobre a educação do corpo do escolar, fazendo parte de um grupo de disciplinas com o mesmo objetivo, tais como, trabalhos manuais, prendas domésticas, ginástica, exercícios militares, canto orfeônico (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009:139).

Percebemos que o tema da higiene aparece diretamente ligado a outros ensinamentos que não tinham por finalidade última o cuidado com o corpo, com a lapidação corporal, o que indica que as disciplinas de Hygiene e Educação Physica iam além das fronteiras do cuidado com o corpo e a saúde.

A disciplina de Hygiene proposta por médicos abrangia múltiplos saberes, entre os quais os mais abrangentes foram a educação física, o ensino de uma educação alimentar e a educação mental e moral. Eram saberes que “traduziam uma nova individualidade a ser exercitada na escola, mas também para além dela, com o intuito de assegurar dentre os escolares outro saber-ser, outras relações com o próprio corpo, sua aparência e a estética pessoal” (STEPHANOU, 1996:6). Propagava-se, assim, a existência de uma consciência entre mestres e educadores profissionais sobre a higiene das crianças que buscou combater

[...] a irritabilidade, a preguiça, a moleza, a desobediência dos vossos filhos e discípulos, que correspondem sempre a uma tal ou qual desorganização da sua vida: é um estomago dilatado, um cérebro mal nutrido, uns nervos frouxos, uma perturbação geral nas funções dos seus órgãos. Antes que vos irriteis com elles buscai cural-os, daí-lhes uma hygiene, ou aconselhae aos pais que assim façam, levae-o a respirar bom ar, tonifica-o no sol, alimenta-o com sobriedade (A UNIÃO, 3 ago. 1913).

A missão de orientar a educação higiênica tornava-se, naquele momento, uma função da escola, que se irradiaria para os lares através do combate daquilo que era considerado pelo discurso médico-pedagógico uma “perturbação nas funções dos seus órgãos”. A educação física passava a ser inimiga da preguiça e da moleza, disciplinava os corpos por meio de exercícios, tornando-os saudáveis e belos, afastava as doenças e buscava métodos para curá-las, educava os gestos, controlava a alimentação e lapidava a mente, galgando torná-la perspicaz, enérgica e rápida. Os bons hábitos físicos eram responsáveis por esse tipo de mudança que extrapolava os muros das escolas, assegurando ao corpo aquilo que foi chamado de “higiênico”: respirar bons ares, bronzear o corpo à luz do sol e alimentá-lo com sabedoria, ingerindo comidas saudáveis.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os discursos publicados nos jornais em circulação na Paraíba do início do século XX apresentavam a uma parcela da população a importância “das práticas corporais nas escolas discutidas por vários organismos relacionados à educação, saúde e serviço militar, todos acentuando o benefício dessas práticas escolares” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009:141). Prezavam sempre pela realização de exercícios físicos sob a orientação da higiene escolar “ainda que em seus meandros sobressaíssem a formação moral [...] o corpo parecia ser o sustentáculo de uma moral ilibada, a qual contribuiria para colocar em marcha uma nação ordeira, equilibrada, limpa, moderna e civilizada” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009:141). Daí a necessidade de divulgar as benfeitorias da realização de exercícios físicos:

Age a educação physica sobre a cultura intellectual, porque se resolve em movimentos e este tem uma influencia salutar não só sobre o sistema muscular como também sobre o sistema nervoso [...] essa segunda influência é importantíssima. Sob a disciplina da educação physica ganham os sentidos em acuidade e precisão e esse ganho se reflecte no intellecto, ao desenvolvimento mental do indivíduo, sabida a dependência dos sentidos e a harmonia preestabelecida, o parallelismo das funções orgânicas e psychicas (A UNIÃO, 21 set. 1917).

Assim, publicavam-se discursos que produziam outros discursos. Eram falas normalizadoras, escritos médicos que tinham o interesse de despertar na comunidade escolar o interesse pela realização da educação física. Nas palavras de Michel de Foucault (2009:83), um discurso puramente médico que “antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começava por aplicá-la ao médico, [...] o médico foi o primeiro individuo normalizado”. O poder do médico é exercido nesse contexto ligado diretamente à administração do governo, especialmente no que diz respeito à autorização para divulgação de novas ideias médico-pedagógicas. A normalização da profissão médica na Paraíba ocorre no final do século XIX com a subordinação dos médicos a uma administração central criando uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada medicina de Estado. Ainda de acordo com Michel de Foucault, nasce a partir do oitocentos a medicina voltada para o social, especialmente com o crescimento das cidades:

Nasce o que eu chamarei de medo urbano, *medo da cidade*, angustia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: *medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento e da população, das casas altas demais, da população numerosa demais, medo também das epidemias urbanas,*

2532





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade, medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (FOUCAULT, 2009:87).

Os médicos passam nesse contexto a representar o poder normalizador que publica discursos disciplinatórios nos jornais do governo do estado, como *A União*, que interfere em outras áreas como a pedagogia e a engenharia. Cria falas que são, por sua vez, a voz do Estado. Nesse sentido, a partir da década de 1910, seus escritos se voltam para escola e para o aluno, no sentido de educá-los, principalmente num momento em que uma série de epidemias veio assolar a população paraibana, a exemplo da peste bubônica em 1913 e a gripe espanhola em 1918. Disciplinar, educar, orientar a formação de corpos sadios e bonitos, passou a fazer parte dos discursos médicos nesse período, especialmente sob a orientação do médico sanitarista Flávio Maroja.

Com a implantação no currículo escolar das disciplinas de Hygiene e Educação Physica, a presença do médico na escola passou a ser mais frequente, com a intenção de civilizar a criança, o que significava possuir um corpo saudável. Havia determinados códigos de posturas que disciplinavam os corpos: os professores foram orientados nas formações para corrigir as crianças na postura ao sentar, na elaboração da caligrafia, nos modos de falar, nos gestos, entre outros. Houve também a medicalização dos edifícios, os engenheiros foram os responsáveis pela construção de prédios escolares mais arejados, bem iluminados, com espaços largos, cabines de estudo e de higiene, construção de ginásios para o esporte. O saber médico também foi utilizado nesse processo civilizatório, ou seja, os médicos passaram a orientar as escolas para exigir atestados de aptidão física no ato da matrícula, dessa forma poderiam ter um controle maior sobre as condições de saúde dos seus alunos, bem como permitir o acesso ou não dos alunos à aula de educação física. Meninos e meninas recebiam exercícios físicos apropriados a seus corpos.

A medicalização da escola atingia diversos níveis, desde o estrutural, ou seja, o prédio, até o pessoal, os alunos. Soma-se a isto, uma série de prendas que pretendiam servirem de modelo para educar as meninas na perspectiva de se tornarem mãe, dona de casa e mulher. Por outro lado, aos meninos coube a prática esportiva nos diversos segmentos: o futebol, a natação, a ginástica e a corrida. Corpos de esportistas e profissionais militares eram mostrados às crianças





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para servirem de modelo. A medicalização mirou-se na infância com a intenção de civilizar, pois segundo a *Fundação Rockefeller*, seria muito difícil implantar uma educação higiênica nos adultos. Mesmo assim, postulou-se a tentativa das crianças levarem até seus lares os novos princípios considerados civilizatórios.

A higiene do corpo e da mente foi divulgada como fundamentais para uma sociedade que almejava atingir uma pretensa civilização. A disciplinarização dos corpos teve seu início na infância, e seriam os professores – na fala dos médicos - os responsáveis por orientar os novos moldes eugênicos que estavam em voga. Um discurso que durante a década de 1910, ficou restrito às escolas privadas - todas de orientação católica. A partir de 1920, começa uma série de reivindicações para a introdução dessas disciplinas nas escolas públicas, foi a partir desse momento que houve a solicitação de uma medicalização das escolas públicas em todo o estado. É o alargamento do modelo normalizador, associado agora também ao civismo, que passamos a discorrer agora.

Corpo físico x corpo cívico

Durante as primeiras décadas do século XX, ocorreu uma forte disseminação de textos reforçando a importância da educação física para o corpo e para a alma dos indivíduos. Com o alvorecer do Estado Novo em 1937 e a implantação de uma prática educativa do civismo, enquanto formação de cidadãos que defendiam sua pátria, começava a ganhar espaço nas escolas, nos jornais e revistas da época, a defesa do corpo educado para lutar/amar a pátria. Nesse sentido, tem início a implantação de uma *estratégia*, que de acordo com Michel de Certeau (2008:100) reconhece um tipo específico de saber que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. O Estado passa a ser esse *estrategista* que faz determinações diretas sobre os princípios de civilidade, saúde e educação. Assim, nos escritos de Certeau, as *estratégias* são

[...] o calculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A *estratégia* postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade) (CERTEAU, 2008:100).

As novas diretrizes dos caminhos a serem tomados passaram a ser determinadas pelo Estado Novo, dono do “querer e poder” capaz de criar “inimigos” na perspectiva de isolá-los e aniquilá-los quando necessário. Tais inimigos possuíam nomes, muitas vezes abstratos, impregnados em corpos sujos: falta de educação e de civilidade, torpeza, preguiça, o não aproveitamento das virtudes intelectuais, as doenças, a falta de estímulo à prática de esportes, o não cumprimento da educação física nas escolas. Embora já existisse há décadas, os discursos interessados em modelar corpos perfeitos ficaram em sua maioria preso às páginas dos jornais, ou dentro dos muros das escolas privadas que atendiam a uma pequena parcela da população paraibana: a elite.

Estabelecer a obrigatoriedade da educação física para todo o ensino público permitiu ao Estado “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, 2008:100), é ver ao longe e antecipar-se ao tempo e definir o poder do saber como a capacidade de transformar incertezas em espaços legíveis: criar meninos e meninas donos de corpos cívicos que desfilavam nas comemorações pátrias com imenso amor, que esbanjavam beleza nos modelos serializados confeccionados para definir as marcas e curvas dos corpos que se exercitavam fisicamente nas escolas. Esses desfiles, comumente eram sequenciados por pelotões de esportistas que desfilavam garbosamente seus braços e pernas rijos, barrigas bem definidas, corpo musculoso: o modelo de homem saudável e cidadão apaixonado pela pátria que deveria ser seguido. A escola tornou-se o lugar de *estratégias*, um laboratório institucional governado por outra instituição soberana que criavam corpos ditos “perfeitos”, modelos de esportistas, militares sedutores e meninas que cuidavam do seu corpo para ser uma boa mãe.

Enfim, foi nas escolas que os corpos passaram a ser lapidados. O que mais impressiona nos conteúdos obrigatórios das disciplinas escolhidos pelo *Departamento de Educação* do Estado da Paraíba durante o Estado Novo, ficou a cargo das matérias de *Instrução Cívica* e *Gymnastica*. Vejamo-nas:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os primeiros passos para uma educação cívica foi atrelada à proposta da *Instrução Moral e Cívica*, para as turmas iniciais – “4º e 5º Anno” – a orientação era a de interpretar fábulas e pequenos contos, por meio de

[...] historietas ensinar o respeito a propriedade alheia, a não tirar objectos de outrem, restituir os objectos achados, tratar bem os surdos, os cegos, os fracos, os idiotas, os gagos, os ébrios, não zombando dos seus vícios e defeitos, respeitar as pessoas idosas, ter aversão a mentira, etc (MELLO, 1937:99).

Por outro lado, dava-se início ao ensino patriótico: “Explicar as cores da Bandeira Nacional [...] signal de respeito que se deve ter á bandeira, quando passar por ella (tirar o chapeo); quando ella é hasteada, ouvir de pé e sem o chapeo o Hynno Nacional” (MELLO, 1937:99), lembrando sempre aos alunos que era lei “aprender a cantal-o com acttude correta” (MELLO, 1937:100). Orientava os professores a ensinar as autoridades do lugar e as atribuições de cada um (o juiz, o prefeito, o vereador, os empregados...), além de falar da importância do pagamento de impostos necessários para o progresso do estado e do país. Soma-se ainda a “elogiável” atitude, na fala de João Baptista de Mello, dos professores em realizar a leitura de textos e notícias de jornais escolhidas a dedo, podendo versar sobre “deveres e direito do cidadão, condições para ser eleitor, condições que impossibilitam para votar, deveres e direitos do povo, organização federal e estadual, o ‘habeas-corpus’, código civil e código penal” (MELLO, 1937:110), enfim, colher na imprensa os “actos louváveis da actualidade”. Temas que variavam entre os sinais da modernidade – o navio, o vapor, as estradas de ferro, o automóvel, o telefone, o telégrafo, a telegrafia sem fio, o submarino, o aeroplano, o *zeppelin*, o cinema, o rádio –, passando pelos episódios de cortesia, de nobreza e de moral – contra o uso do álcool, do fumo, do jogo –, até aqueles que tratam do sentido civil, militar e religioso – lendas cavalheirescas, heróicas e de santidade, biografias de paraibanos “ilustres”, armas da república e do Estado, a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, o registro civil, etc.

Bem mais forte era a ênfase ao critério Pátria. Conforme Michel Maffesoli (2004:57) existe uma série de “altares” no sentido religioso do termo, nos quais são celebrados diversos cultos de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

forte componente estético, ético, dentre outros⁵. O denominador comum é exatamente o lugar onde se realiza esse culto. Um espaço de celebração

[...] que confere ao religioso sua dimensão original de ligação e que pode ser uma celebração técnica (museu de La Villette, La Vidéothèque), cultural (Beaubourg), lúdico-erótica (o Pálace), de consumo (les Halles), esportiva (Roland-Garros), musical (Bercy), religiosa (Notre-Dame, intelectual (Sorbone), poética (Versailles), comemorativa (o Arco da Defesa), etc (MAFFESOLI, 2004:57-58).

São locais específicos de forte carga emotiva/política/intelectual... que levam essa lógica às últimas consequências. Assim, posicionamos o ensino de *Instrução Moral e Cívica*, bem como, de *Educação Physica*: lugares de altar, de culto que rompem os muros das escolas e chegam às casas e às ruas. O fato de instruir crianças a amar seu estado nacional é fazer do lugar onde se ensina um altar à pátria, bem como, ao corpo – no caso da educação física. Esses “espaços de celebração” ganham as ruas com os desfiles comemorativos e ação de graças pelos grandes feitos, eméritos homens, datas importantíssimas ao calendário cívico-escolar. Um lugar onde as pessoas se reconhecem umas às outras (enquanto cidadãos defensores de seu país), e com isso, conhecem a si mesmas.

A escola que ensinava o culto à pátria era a mesma que declarava amor aos cuidados do corpo. A *Revista do Ensino* passou, a partir de 1936, a trazer uma série de artigos direcionados ao corpo docente de forma geral dando a orientação dita científica para uma educação física associada à educação cívica. Isso fica bastante claro na fala do professor Aluísio Xavier que declarou nos “últimos tempos que as vistas dos dirigentes do nosso Estado voltou-se para o desenvolvimento da educação da juventude, encarando-a em todos os seus aspectos: physico, moral e intellectual” (XAVIER, 1937:9). Uma tríade que segundo o autor só poderia ser possível incentivando a “gymnastica diária, tão necessária para educar o nosso systema nervoso, equilibrar a saúde e manter a força” (XAVIER, 1937:9), seguir um modelo que vinha de fora, dos Estados Unidos, Inglaterra e França, que como “prova” de sua “civilidade” fez da ginástica uma obrigatoriedade ao ponto de não poder conceber educação alguma sem a participação da educação física.

⁵ Nesse sentido, Michel Maffesoli (2004, p. 57) se refere os diversos cultos: culto do corpo, do sexo, da imagem, da amizade, da comida, do esporte, dos sentimentos, da televisão... uma lista infinita que cria um espaço de celebração.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O currículo escolar durante o estado novo incentivava a prática da ginástica e do esporte, pois “as vantagens da educação física não são unicamente tornar o corpo aformoseado e estético, desenvolvendo proporcionalmente as várias regiões musculares” (A UNIÃO, 13 out. 1940), além dessa finalidade, era também, “[...] aliás em primeiro plano, o desenvolvimento do raciocínio e controle nervoso [...] ela nos proporciona também o prolongamento e conservação da mocidade” (A UNIÃO, 13 out. 1940). Partindo desse pressuposto, é correto afirmar “que não é invencionice de jovens professores, é norma criada pelo Art. 131⁶ da Constituição, isso a que alguns chamam de tapeação sem nenhum proveito para a coletividade” (A UNIÃO, 13 out. 1940).

Como podemos perceber, a juventude era uma constante preocupação do governo de Getúlio Vargas, havia uma valorização da imagem dos jovens brasileiros e eles eram considerados como importantes ferramentas para o desenvolvimento da nação. Era importante o “[...] fortalecimento moral, físico e intelectual da juventude brasileira”, os jovens precisavam “revelar-se conscientes do grande papel que [deveriam] desempenhar nos dias futuros, marchando disciplinados, garbosos e ufanos da glória de pertencer a este imenso país” (A União, 20 abr. 1944). Diante dessa valorização acentuada em torno da figura dos jovens brasileiros, é que decidiu-se pela instituição das festas em comemoração ao Dia da Juventude, uma comemoração que elevava a imagem dos jovens brasileiros, colocando-os como importantes ferramentas para o desenvolvimento da nação.

No governo de Vargas houve uma preocupação constante com a educação dos corpos, a fim de arregimentar a mocidade estudantina, ou seja, não bastava o despertar do sentimento nacionalista, era importante, também, despertar nesses jovens o interesse pela carreira militar (BRASIL, 1943), pois naquele momento a ideia era de que “a Nação precisava defender-se apenas se fosse atacada; mas ela só estaria em segurança se estivesse permanentemente preparada, de forma a desencorajar qualquer ataque” (HORTA, 1994:30). Daí a necessidade de tornar obrigatório o ensino de Educação física.

6 Art 131 – “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”. O trecho em destaque faz parte da Constituição decretada pelo governo de Getúlio Vargas quando da instituição do Estado Novo no ano de 1937. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.





Ao instituir tal obrigatoriedade, observamos de fato, a preocupação das autoridades do governo com a educação dos corpos que deveriam se mostrar esguios e saudáveis. Corpos educados que fossem capazes de lutar e competir em defesa da nação, além do que, um corpo bem cuidado significava também a beleza, e mais importante ainda, o desenvolvimento das qualidades intelectuais do jovem, uma ação disciplinadora para o combate à preguiça e ao ócio. Portanto, “[...] o corpo e a energia deveriam ser rigorosamente disciplinados e organizados durante a infância, fase da vida em que o organismo revelava as energias adormecidas” (SOARES JUNIOR, 2011:170).

Empregavam-se, nas páginas dos jornais da época, notícias sobre as virtudes da educação física, vejamos a seguinte matéria:

EDUCAÇÃO FÍSICA

O grau elevado de desenvolvimento físico é o trabalho natural e resultante, dado ao organismo em todo e qualquer ramo da Educação Física. O movimento é o gesto mais pronunciado de um recém-nascido, o instinto de mover-se é o desejo do corpo, primeiramente arrastando-se, depois trepando, logo após andando, a seguir correndo, por último saltando [...]. Na Grécia, a nenhum indivíduo era dado o direito de deixar de freqüentar as instituições educacionais, do corpo e do espírito. E estas instituições educacionais, que a todos os bons cidadãos se impunham, como um dever para com eles e para com a pátria, era a Educação Física espontânea que todos tinham a necessidade de praticá-la, com o fim unicamente de assegurar o seu desenvolvimento, o equilíbrio de suas funções orgânicas, para aumentar a sua energia (*A União*, 7 mai. 1938).

Rebuscando as atividades físicas desenvolvidas na Grécia antiga, o Sargento Clodoaldo Passos Filho, ressaltou a importância da prática de exercícios no cotidiano de um indivíduo. Essa preocupação com a educação dos corpos pode ser evidenciada também, pelas notícias que temos sobre os programas levados a efeito durante as festas, pois como temos mostrado no decorrer do trabalho, além dos desfiles, constava sempre na programação alguma atividade esportiva realizada pelos alunos.

Assim nos mostra o jornal *A Imprensa* ao noticiar as festividades em comemoração ao Dia da Pátria realizada no Colégio Anchieta no ano de 1938:

O Colégio “Anchieta”, dirigido pela professora Hercília Fabricio comemorou condignamente o “Dia da Pátria”. Durante todo o dia realizaram-se interessantes festividades, nelas tomando parte alunos internos e externos. *A’ tarde, teve lugar*





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

animada partida de “volley ball” entre os combinados masculinos e feminino, saindo vitorioso o ultimo (A Imprensa, 9 set. 1938, grifo nosso).

Tendo em vista educar os corpos dos jovens estudantes, a prática do esporte tornou-se hábito em comemorações cívicas. Dentro dos programas festivos era comum incluir jogos, corridas e outras atividades que desenvolvessem a saúde do corpo, a intelectualidade desses alunos, bem como a disposição e a força para protegerem a Nação de seus inimigos. Dessa forma, tornou-se visível o “esforço eugenizante estadonovista que decorre o papel atribuído e desempenhado pela educação física. Era urgente, aos olhos dos dirigentes nacionais, atributos, que dariam garantia de perfectibilidade à raça nacional” (PEREIRA, 1999:20).

Conclusão

Durante o Estado Novo, a ginástica passou a ser “o melhor meio para obter disciplina e precisão, devendo-se repetir com paciência suas fórmulas alegóricas e educativas” (MELLO, 1937:115). Um ensinamento que mesclava culto ao corpo e à pátria: exercitavam-se os músculos remetendo o esforço aos heróis que deram sua vida em defesa da Pátria. Instalava-se um culto ao cívico através do corpo que extrapolavam as formas educativas e ganhavam as ruas das cidades paraibanas durante os festejos de Independência, da Proclamação da República, do dia da Bandeira, dentre outros.

São saberes e práticas educativas que mudaram o seu direcionamento na década de 1930. Ora, expusemos ao longo do texto, que durante as duas primeiras décadas do século XX, teve início um processo chamado de medicalização da escola, na qual médicos sanitaristas como Flávio Maroja, Teixeira de Vasconcelos, Octávio Seixas, dentre outros, passaram a interferir na educação escolar publicando as benfeitorias da realização da educação física na imprensa local. Porém, apenas as escolas privadas adotaram esse modelo de medicalização adotando a prática da ginástica sueca, do *sport*, da exigência de cartões de vacinação no ato da matrícula, da utilização das cadernetas médico-pedagógicas, do exame biomédico antes da realização das atividades físicas, enfim, da participação médica nas escolas privadas. Enfim, um saber restrito a uma pequena parcela da população que podia pagar por um ensino diferenciado.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Vale ressaltar que esse projeto médico-pedagógico, não obteve êxito, portanto logo tratou-se de alargar seus ensinamentos para as escolas públicas. Foi preciso esperar a chegada do Estado Novo para efetivar a educação física como parte de um projeto cívico de amor a pátria. Com o Decreto 961 de 11 de fevereiro de 1938 ficou instituída obrigatoriamente a disciplina de Educação Physica como parte integrante do currículo escolar em todo o estado da Paraíba com a finalidade de “encaral-a como uma matéria superior de regenerar physica, moral e intellectualmente os indivíduos”. A principal dificuldade no cumprimento da disciplina parecia ser a falta de profissionais qualificados para executar os ensinamentos da ginástica. É o que mostra Aluisio Xavier (1937:9) ao afirmar que o “número de rotineiros é grande, entre nós; devemos trabalhar para combatê-los”.

Assim, cabia à superintendência da *Instrução Pública* fiscalizar para que o movimento inicial de atividades físicas nas escolas não diminuísse de intensidade, bem como, fosse assegurado a todas as cidades que possuísem escolas. Para isso, a imprensa continuou sendo o principal meio de divulgação dos novos saberes e práticas educativas pertinentes à educação física e cívica, além de uma série de formação de professores que aconteciam de forma trimestral para orientar os professores a executarem os exercícios físicos e o amor à pátria com muita energia e boa vontade. *Tática*⁷, que segundo Michel de Certeau, já vinha sendo posta em prática pela *Revista do Ensino* desde o início de 1930.

Referências

BRASIL, Departamento Escolar da Editora do. *A organização do ensino secundário no Brasil* (legislação, programas, metodologia). São Paulo, SP: Editora do Brasil, 1943.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LINHARES, Meily Assbú. *A escola e o esporte*. Uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

MAFFESOLI, Michel. *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo*. Rio de Janeiro, 2004.

⁷ Segundo Michel de Certeau (2008, p. 100-101) a *tática* opera golpe por golpe, lance por lance, aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. É uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A *tática* não tem por lugar senão o outro.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

MELLO, J. Baptista. Programa de ensino. In: *Revista do Ensino*. João Pessoa: Departamento de Educação, 1937.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. *Pedagogia da cultura corporal*. São Paulo: Phorte, 2009.

PEREIRA, Júnia Sales. *A escultura da raça*. Juventude e eugenia no Estado Novo. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Vânia Cristina da; SOARES JÚNIOR, Azemar S. *Corpos educados*: disciplinarização católica no jornal *A Imprensa*. Recife: Ed. Universidade Católica, 2010, p. 58-72.

SILVA, Vânia Cristina da. *Ó Pátria amada, idolatrada, salve! salve!* Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). João Pessoa, 2011, 139 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

SOARES JR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos*: o limpo e o sujo na Paraíba. João Pessoa, 2011, 198 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

XAVIER, Aluisio. Educação Physica. In: *Revista do Ensino*. João Pessoa: Departamento de Educação, 1937.

PYKOSZ, Lausane C., TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Paraná. *Currículo sem fronteiras*. n. 1, p. 135-158, jan/jun. 2009.

VAGO, Tarcisio Mauro. *Cultura escolar, cultura de corpos*. São Paulo: USP, 2002.

